

USOS POLÍTICOS DO PASSADO, HIERARQUIAS DE MEMÓRIA E NARRATIVAS LGBT¹

Ana Cecília Pereira²

Resumo

Essa pesquisa faz parte de uma investigação mais ampla que tem como objetivo compreender em que medida as iniciativas memoriais dedicadas a experiências autoritárias vêm incluindo em suas narrativas o marcador da sexualidade. A proposta desse trabalho é refletir sobre as disputas de memória em torno do Monumento aos Homossexuais perseguidos pelo Nazismo, inaugurado na cidade de Berlim em 2008. A partir disso, buscaremos analisar a produção de “hierarquias de memória”, indicar aproximações entre essa iniciativa e a experiência LGBT na Comissão Nacional da Verdade e propor uma reflexão sobre como a memória de passados traumáticos vêm sendo reelaborada e mobilizada como um recurso para a efetivação da cidadania LGBT.

Palavras-chave

Memória LGBT, Monumento aos Homossexuais perseguidos pelo Nazismo, Comissão Nacional da Verdade.

Introdução

Entre outubro de 2020 e abril de 2021, o Memorial da Resistência de São Paulo realizou uma exposição intitulada “Orgulho e resistências: LGBT na ditadura”³. Essa foi a primeira vez que um museu brasileiro explorou de forma sistemática a repressão que a ditadura militar brasileira infligiu a homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros. Na França, em junho de 2021, o Memorial da Shoah em Paris lançou a exposição *Homosexuels et lesbiennes dans l'Europe nazie*⁴. A exibição, disponível até maio de 2022, fez com que a

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Memória política e políticas da memória” durante o 15º Encontro Regional Sudeste de História Oral: Memória Corpo Mundo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Mestre e doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

³ O catálogo da exposição está disponível do site do Memorial da Resistência de São Paulo e pode ser encontrado em: <<http://memorialdarestenciap.org.br/exposicoes/orgulho-e-resistencias/>>. Acesso em 30 de mai. de 2023.

⁴ Mais informações sobre essa exposição podem ser encontradas em: <<https://expo-homosexuels-lesbiennes.memorialdelashoah.org/>>. Acesso em 30 de mai. de 2023.

instituição se tornasse o primeiro museu francês a tematizar a perseguição que o regime nazista infligiu a homossexuais e lésbicas, especialmente na França e na Alemanha.

Essas iniciativas, ainda que distintas em vários aspectos, se relacionam ao que acredito ser um movimento transnacional de memória que busca reivindicar e elaborar narrativas sobre o passado de pessoas e organizações LGBT durante momentos traumáticos, especialmente o Holocausto e as ditaduras ibero-americanas. Em geral, trata-se de uma reflexão iniciada ainda no século XX sobre o apagamento, o silenciamento e a invisibilidade que costuma cercar a história e a memória de lésbicas, homossexuais, travestis, transexuais e transgêneros. O que chama atenção e orienta a discussão proposta nesse texto é que, nas duas últimas décadas, tais reflexões parecem ter se voltado mais atentamente para a historiografia e para a memória construída sobre as experiências autoritárias em diferentes partes do mundo.

Esse fenômeno está intimamente relacionado às transformações no estatuto da História que ocorreram, especialmente, a partir da década de 1980. Analisando esse contexto, Andreas Huyssen (2000, p. 10-16) identifica o surgimento daquilo que chama de uma nova cultura de memória no ocidente. Huyssen argumenta que determinadas conjunturas históricas – dentre as quais estão os processos de descolonização iniciados no continente africano a partir da década de 1960, a emergência de movimentos sociais reivindicando narrativas históricas alternativas e revisionistas, as experiências ditatoriais dos países latino-americanos e as reflexões sobre as representações do Holocausto – contribuíram para que houvesse uma proliferação de debates sobre experiências traumáticas.

Nessa perspectiva, podemos destacar as reflexões de Michel Pollak (1989) sobre o trabalho de enquadramento de memória e a importância do testemunho como fonte histórica. Nesse último caso, isso se dá pela reabilitação da oralidade a um lugar privilegiado e pela legitimação desenvolvimento da história oral enquanto um campo teórico-metodológico. Ao discutir essa mudança de paradigma, Pollak afirma que: “[...] numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade.” (POLLAK, 1989, p. 04).

Essa transformação historiográfica a qual nos referimos tendeu a visibilizar determinados grupos que até então estavam às margens das narrativas históricas tradicionais. Nesse sentido, pesquisas relacionadas a questões de gênero e sexualidade foram se tornando

mais frequentes e, pouco a pouco, o campo passou a ganhar legitimidade entre os pares⁵. No entanto, no caso das homossexualidades e transgeneridades o processo foi um tanto mais lento porque não foi acompanhado por um novo tratamento social acerca da questão. Na prática, isso significou que, mesmo após o fim de regimes autoritários, pessoas LGBT permaneceram silenciadas e excluídas das narrativas sobre esse passado traumático.

Na Alemanha, como veremos adiante, a manutenção de uma lei discriminatória contra os homossexuais – o Parágrafo 175 – fez com que incontáveis gays ou lésbicas vítimas do nazismo permanecessem em silêncio por medo de represálias. Em outros casos, como no Brasil pós-ditadura militar, a própria natureza da transição política fez com que o tema da repressão, em geral, e da violação de direitos humanos de pessoas LGBT, em particular, permanecessem marginais nos estudos sobre o período.

Em ambos os contextos, assim como possivelmente em outros países que amargaram experiências autoritárias, parece ter sido somente a partir do século XX que a questão passou a receber mais atenção. Os exemplos citados no início do texto integram um conjunto de práticas e iniciativas que também resultam dessa preocupação recente em reelaborar as narrativas históricas sobre passados traumáticos a fim de reverter o apagamento sobre a experiência de pessoas LGBT nesses contextos históricos. Isso implica tanto em lançar luz a determinados aspectos da repressão que diferentes regimes autoritários infligiram a essas pessoas quanto em recuperar a participação de grupos e organizações homossexuais na resistência a eles.

Nesse trabalho irei me ater ao caso do Memorial aos Homossexuais perseguidos pelo Nazismo, inaugurado na cidade de Berlim em 2008. Tendo em vista que o Holocausto tem sido um referencial importante para refletir sobre experiências traumáticas em geral, a escolha por esse memorial em particular se justifica pela potente reflexão sobre determinados aspectos presentes no processo de elaboração de memórias coletivas que ele oferece, especialmente no caso de pessoas LGBT.

Disputas em torno do Memorial aos Homossexuais perseguidos pelo Nazismo

Além do Holocausto, em geral, se constituir como um referencial para a reflexão sobre outras experiências traumáticas do século XX, a relação que a Alemanha estabeleceu com a homossexualidade antes, durante e depois da ascensão de Hitler ao poder é emblemática em muitos aspectos e descortina inúmeros horizontes de reflexão sobre a memória LGBT. O

⁵ No caso brasileiro, o historiador James Green considera que o fato de o marxismo ter sido predominante nas universidades até a década de 1980 contribuiu para disseminar a ideia de que estudar homossexualidades ou questões afins não era algo para “historiadores sérios” (GREEN, 2012, p. 66).

Parágrafo 175, lei discriminatória que considerava a homossexualidade um ato antinatural e prescrevia a prisão para homens que fossem considerados culpados desse delito, existia desde 1871, mas isso não impediu que, durante a década de 1920, a Alemanha testemunhasse o surgimento da primeira organização que reivindicava politicamente direitos para homossexuais (TAMAGNE, 2006, p. 59-62). No entanto, o ano de 1935 representa um momento dramático em relação ao modo como a lei era aplicada:

Adolf Hitler, em 1935, um ano após mandar expurgar do Partido Nazista a figura militar da alta cúpula do Reich, Ernest Röhm, e mais 300 homens da SA, os camisas parda, reformulou a lei do Parágrafo 175. Esse fato entrou para a História como a “Noite das Facas Longas” (Whisnant, 2016, p. 212). A partir desse momento, a perseguição, deportação, encarceramento e extermínio dessa comunidade foi elevada a um nível sistêmico (Schlagdenhauffen, 2018, p. 7-8). A homossexualidade masculina, portanto, foi tomada definitivamente enquanto um crime contra a nação ariana, pois, era enquadrada como ameaça direta à reprodução dos cidadãos legítimos do Terceiro Reich. A homossexualidade, assim como o judaísmo, percebida enquanto um problema racial que somente a reversão e/ou aniquilação seria viável (Borrilo, 2010, p. 82-83; Settington, 2017, p. 47). (GONÇALVES, 2021, p. 2).

Ainda que a lei trate especificamente da homossexualidade masculina, é importante ressaltar que embora a perseguição nazista tenha sido direcionada a homens gays, ela também se estendeu às lésbicas, mesmo que assumindo contornos distintos (2015, p. 154-156). Ainda que o triângulo rosa fosse reservado aos homossexuais masculinos, essas mulheres eram consideradas “antissociais” e se somavam a um conjunto de vítimas que pelas mais diversas razões não se adequavam às normas impostas pelos nazistas e respondiam legalmente por isso. Assim, para não serem denunciadas como lésbicas e desviantes, muitas delas precisaram recorrer a estratégias que modificavam drasticamente suas vidas, como providenciar casamentos de fachada ou romper com seu círculo social, desempenhando assim o que pode ser entendido como uma “heterossexualidade tática”⁶.

Hoje é possível afirmar que a repressão que atingiu pessoas LGBT é relativamente bem documentada. No entanto, a queda do Terceiro Reich e o processo de desnazificação da Europa não foi acompanhado por uma mudança no tratamento social da homossexualidade. O Parágrafo 175 foi suspenso apenas em 1994, o que contribuiu significativamente para que as

⁶ Em um texto no qual discutem a experiência de travestis durante a ditadura militar brasileira, Helena Vieira e Yuri Fraccaroli (2018, p. 257-377) usam a expressão “homossexualidade tática” para se referir a momentos em que uma travesti chamada Jacque Chanel omite sua identidade de gênero e busca ser lida socialmente como um homem homossexual para evitar determinadas situações de violência e constrangimento. Aqui, utilizo “heterossexualidade tática” por entender que se trata de uma situação semelhante, em que lésbicas buscavam dissimular sua homossexualidade a fim de não serem perseguidas pelo regime nazista. Cabe notar que, em ambos os casos, essa prática inflige sofrimento e se dá em razão do medo da violência e da repressão.

vítimas homossexuais permanecessem em silêncio mesmo quando o passado do Holocausto começou a ser revisitado e os testemunhos assumiram um papel importante. Nesse sentido:

Muitas vezes também o silêncio das vítimas internadas oficialmente nos campos por motivos outros que não “políticos” reflete uma necessidade de fazer boa figura diante das representações dominantes que valorizam as vítimas da perseguição política mais do que as outras. [...] Uma pesquisa de história oral feita na Alemanha junto aos sobreviventes homossexuais dos campos comprova tragicamente o silêncio coletivo daqueles que, depois da guerra, muitas vezes temeram que a revelação das razões de seu internamento pudesse provocar denúncia, perda de emprego ou revogação de contrato de locação. (POLLAK, 1989, p. 13).

Isso começou a mudar quando, em 1993, a *Der homosexuellen NS-Opfer gedenken* foi fundada. Posteriormente, em 2002, pessoas perseguidas com base no Parágrafo 175 tiveram suas sentenças invalidadas. Finalmente, em 12 de dezembro de 2003, o parlamento alemão, impulsionado por essa iniciativa e pela Associação de Gays e Lésbicas da Alemanha (Lesben- und Schwulenverband in Deutschland), oficializou a decisão de construir o Memorial aos Homossexuais perseguidos pelo Nazismo. O intuito era honrar as vítimas que foram mortas ou perseguidas pelo nazismo, manter viva a memória dessa injustiça e “criar um símbolo permanente contra a intolerância, a animosidade e o ostracismo de gays e lésbicas”⁷.

Essa não foi a primeira iniciativa dessa natureza⁸. No entanto, o foco no Memorial aos Homossexuais perseguidos pelo Nazismo se justifica não tanto pela temática, mas principalmente por todas as controvérsias e conflitos que ele provocou durante a sua elaboração e também após a inauguração. Situado no parque Tiergarten, em Berlim, o monumento consiste em um único bloco de concreto retangular. Foi projetado pelos designers Ingar Dragset e Michael Elmfreen com o intuito de dialogar visualmente com o Memorial do Holocausto, localizado logo em frente. Na parte frontal, há uma fresta que permite que os visitantes olhem para o interior da obra. Ali, há uma tela que, originalmente, reproduzia continuamente um clipe de um minuto e meio produzido por Thomas Vinterbers, no qual dois homens se beijavam⁹.

⁷ A informação pode ser consultada em um material disponível no site oficial do Memorial: <<https://www.stiftung-denkmal.de/en/memorials/memorial-to-the-persecuted-homosexuals-under-national-socialism/>>. Acesso em 07 de mai. de 2023.

⁸ Um breve levantamento permite observar que a essa altura outros dois monumentos dedicados a esse conjunto de vítimas já existiam na Alemanha. O primeiro foi inaugurado em Frankfurt, em 1994. Trata-se de uma escultura de anjo produzida por Rosemarie Trockel. O segundo, resultado da proposta de um grupo de estudos dedicado ao tema das homossexualidades, está localizado na cidade de Colônia e foi apresentado ao público em 1995. Consiste em um bloco de granito com as cores rosa e cinza instalado próximo a ponte Hohenzollern, em um lugar considerado ponto de encontro entre homens gays.

⁹ O vídeo original está disponível em: <<https://youtu.be/MtL5FSKv4Y0>>. Acesso em: 30 de mai. de 2023.

A proximidade existente entre o memorial dedicado aos homossexuais e o Memorial aos Judeus Mortos da Europa, assim como a semelhança estética entre eles, chamou atenção para as intenções dos artistas. Durante a cerimônia de inauguração, Ingar Dragset, um dos artistas que projetou o monumento, anunciou que existia o intuito de estabelecer uma conexão entre esses grupos de vítimas ainda que, segundo ele, são histórias diferentes sendo contadas¹⁰. Ainda sobre esse aspecto, a pesquisadora Isabel Meusen também observou que o local escolhido para a instalação do monumento não guarda relação com locais ligados a repressão a homossexuais ou espaços de sociabilidade frequentados por esses sujeitos naquele contexto, o que pode ser considerado um aspecto negativo (MEUSEN, 2015, p. 153).

O clipe exibido no monumento também foi objeto de disputa e provocou discussões sobre invisibilidade lésbica e a natureza da repressão dirigida a esse segmento durante o período do nazismo. Originalmente, a ideia dos designers era que o vídeo fosse substituído a cada dois anos para garantir que as mulheres vítimas do regime nazista por se relacionarem romântica ou sexualmente com outras mulheres fossem devidamente representadas. No entanto, isso provocou um incômodo e levou a uma série de discussões nas quais várias entidades e especialistas se envolveram.

Um deles foi Alexander Zinn, historiador e uma das lideranças envolvidas com a preservação da memória do holocausto na Alemanha, que se opôs a essa mudança do vídeo por acreditar que ela estaria historicamente incorreta já que, segundo ele, lésbicas não foram perseguidas ou enviadas para campos de concentração apenas por serem lésbicas¹¹. Na ocasião, Zinn e outros especialistas que partilhavam dessa mesma perspectiva redigiram uma carta direcionada a Michael Neumann, ministro da cultura, e ao prefeito de Berlim, Klaus Wowereit. No entanto, suas queixas não foram acolhidas e Neumann defendeu a concepção original do memorial. A Associação de Gays e Lésbicas da Alemanha também deu um parecer favorável à manutenção dos planos¹².

Ainda que o debate sobre a natureza da repressão direcionada às lésbicas seja extenso, Isabel Meusen (2015, p. 156-157) argumenta que é equivocado que as situações mencionadas previamente, relacionadas ao que chamei de uma “heterossexualidade tática”, sejam

¹⁰ Germany Opens Memorial to Gays Killed by Nazis. Berlim: The Associated Press, 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GwdfnaUYNik>>. Acesso em: 30 de mai. 2023.

¹¹ Lesbian Holocaust memorial plan upsets historians. The Local. 25 mar. de 2010. Disponível em: <<https://www.thelocal.de/20100325/26127>>. Acesso em: 30 de mai. de 2023.

¹² SVD Berlin: Resolution zum Denkmal für die im Nationalsozialismus verfolgten Homosexuellen. Berlim: Lesben- und Schwulenverband in Deutschland, 2006. Disponível em: <<https://berlin.lsvd.de/neuigkeiten/lsvd-berlin-resolution-zum-denkmal-fur-die-im-nationalsozialismus-verfolgten-homosexuellen/>>. Acesso em 30 de mai. de 2023.

interpretadas apenas como um desconforto insuficiente para incluir essas mulheres entre as vítimas do nazismo. Segundo ela, pensar sobre essas práticas como meros inconvenientes ou entender que ter a sexualidade ignorada era um privilégio leva a transferência da responsabilidade dos perpetradores para as vítimas. Além disso, considera que não se trata de estabelecer comparações entre os sofrimentos de dois grupos, mas que cabe questionar o motivo pelo qual um deles se sente legitimado a hierarquizar essas experiências, algo que é incompatível com a proposta do memorial.

Na inauguração, em 27 de maio de 2008, o prefeito Klaus Wowereit reafirmou a importância do memorial e admitiu que o fato de a sociedade alemã ter ignorado esse conjunto de vítimas no pós-Segunda Guerra Mundial contribuiu para que esse grupo fosse duplamente discriminado¹³. Apesar disso e de Neumann ter se oposto às críticas feitas por Zinn e outros, o ministro foi acusado pelos designers, Ingar Dragset e Michael Elmfree, de não autorizar que uma imagem do vídeo em que dois homens se beijavam fosse incluída no convite para a cerimônia inaugural¹⁴.

Essa contradição parece evidenciar a discrepância que muitas vezes se manifesta no modo como o Estado e o poder público se relacionam com demandas advindas de grupos LGBT, algo que não ocorre somente na Alemanha. É muito positivo que Wowereit reconheça que essas vítimas não tenham encontrado acolhimento e escuta mesmo após a guerra e que Neumann tenha apoiado a concepção original do memorial. Ainda assim, as acusações sobre a censura no convite parecem demonstrar que existem limites no reconhecimento e no compromisso do Estado com a construção de políticas dedicadas a esse segmento e isso inclui iniciativas memoriais.

Usos políticos do passado e a produção de “hierarquias de memórias”

As controvérsias envolvendo o Monumento aos Homossexuais perseguidos pelo Nazismo demonstram que existem diferentes grupos disputando a narrativa sobre um mesmo evento histórico. Os debates sobre a legitimidade ou não de lésbicas enquanto vítimas do nazismo evidenciam esse fato. Nesse sentido, podemos considerar que os conflitos ocorrem entre inúmeras “memórias fragmentadas”, mais do que entre o Estado e a sociedade civil (ainda

¹³ Memorial unveiled for gay victims of Nazi regime. Berlin: The Associated Press, 2008. Disponível em: <<<https://youtu.be/FNLIAGqfJiQ>>>. Acesso em: 30 de mai. de 2023.

¹⁴ Monument to Homosexual Holocaust Victims Opens in Berlin. Spiegel Online. 2008. Disponível em: <<<http://www.spiegel.de/international/germany/remembering-different-histories-monument-tohomosexual-holocaust-victims-opens-in-berlin-a-555665.html>>>. Acesso em: 30 de mai. de 2023.

que essa disputa também exista). Alessandro Portelli (2014), ao tratar sobre o episódio do massacre de Civitella, na Itália, argumenta que em muitos casos,

[...] quando se fala em uma memória dividida, não se deve pensar apenas em um conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada esta última se possa implicitamente assumir a autenticidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas (PORTELLI, 2014, p. 106).

Essa reflexão é muito útil tanto para o caso que estamos discutindo, mas também para pensar sobre os diversos aspectos que envolvem a produção de iniciativas memoriais sobre o passado de pessoas ou grupos LGBT. Ela demonstra que, por muitas razões, seria um equívoco acreditar que estamos falando de um conjunto homogêneo de pessoas. Primeiro, porque isso ignora que a sigla se refere a um contingente amplo e diverso de sujeitos que experienciam o mundo de maneiras distintas, ainda que partilhem entre si o fato de não se adequarem aos padrões heteronormativos de gênero ou sexualidade. Além disso, cada uma dessas categorias (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) se desenvolveu e foi historicamente representada de forma distinta.

A depender do modo como escolhemos nos relacionar com o passado, admitir que, no caso das experiências autoritárias do século XX, cada um desses grupos foi afetado de forma diferente pela repressão pode servir tanto para enriquecer o conhecimento histórico acerca de um determinado período ou evento quanto para produzir “hierarquias de memória” (PERLATTO, 2021). No caso do Memorial aos Homossexuais perseguidos pelo Nazismo, as controvérsias e os argumentos mobilizados na discussão sobre quem são as “verdadeiras” vítimas se aproximam de uma retórica que tende muito mais a essa segunda alternativa.

Nesse sentido, a História – revestida de autoridade – passa a ser utilizada para legitimar ou não uma determinada narrativa sobre o passado que busca atender a um propósito político no presente. Essa discussão não é recente e, cada vez mais, vem ocupando um lugar privilegiado no debate acadêmico por se relacionar a questões importantes como os limites das representações historiográficas, as formas de negacionismo, entre outros. Para a reflexão que estamos propondo – e para pensar sobre memória LGBT em geral – ela é fundamental porque está intimamente relacionada ao modo como ocorre a elaboração da categoria da vítima em eventos históricos.

Em geral, a categoria da vítima é mutável, historicamente construída e, muitas vezes, essa posição é muito disputada porque confere uma certa autoridade a quem faz parte dela

(STEIN, 1998). Isso relaciona se diretamente ao trabalho de enquadramento, sobre o qual falamos anteriormente. No caso de pessoas LGBT, em particular, se torna um problema tendo em vista que até hoje esse grupo tende a ser visto como uma subcategoria de pessoas e as violações aos direitos humanos desses sujeitos ainda são naturalizadas, toleradas e até mesmo incentivadas.

Aproximações com a Comissão Nacional da Verdade no Brasil

As reflexões desse texto são resultado de uma pesquisa mais ampla acerca do processo de elaboração de narrativas sobre a repressão a homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais durante a ditadura militar brasileira e o papel da Comissão Nacional da Verdade (CNV) nesse processo. Ainda que a experiência brasileira e o caso alemão guardem muitas diferenças entre si, ambos aparentam fazer parte desse movimento transnacional de memória cada vez mais preocupado com as violações que pessoas LGBT sofreram em momentos de autoritarismo e exceção política.

Desde o início da redemocratização, o Brasil construiu um tumultuado percurso de transição política que incluiu algumas iniciativas voltadas ao direito a memória, verdade e justiça. No entanto, foi somente em 2012, por meio da Comissão Nacional da Verdade, que o Estado brasileiro assumiu pela primeira vez a responsabilidade de investigar as violações aos direitos humanos praticadas durante a ditadura. Foi também a primeira vez que uma iniciativa dessa natureza incluiu em seu escopo de pesquisa a repressão a pessoas LGBT.

Isso ocorreu por meio da inserção do capítulo “Ditadura e homossexualidades” no segundo volume do relatório. No entanto, como observaram Helena Vieira e Yuri Fraccaroli (2018, p. 257-377), é normalmente através das narrativas de grandes homens, como Carlos Marighella, Vladimir Herzog ou Frei Tito, que somos informados sobre a resistência à ditadura brasileira. Não por acaso, o conjunto de vítimas priorizado pela Comissão Nacional da Verdade era de homens brancos, cisgêneros, heterossexuais e que, em algum momento, se associaram à luta armada (FRANCO, 2017). Portanto, não é surpreendente que tenha existido uma certa resistência ao tema das homossexualidades no interior da CNV. Na época, mesmo entre lideranças e representantes do movimento LGBT não parecia existir um consenso sobre a questão (PEREIRA, 2021, p. 49-50).

Essa resistência ao tema se traduziu em limitações referentes aos recursos direcionados às investigações sobre a repressão a pessoas LGBT. Nesse sentido, cabe notar que a despeito do testemunho ser um dos componentes centrais de uma comissão da verdade e de a CNV ter

coletado 565 testemunhos (BRASIL, 2014, p. 54), nenhum deles foi de vítimas ou sujeitos envolvidos diretamente nos eventos apresentados no capítulo “Ditadura e homossexualidades”. Considerando que há, no Brasil, uma dificuldade referente ao acesso aos arquivos sobre o passado de pessoas e organizações LGBT (GREEN, 2018), essa teria sido uma boa oportunidade de enriquecer o acervo coletado pela CNV e, ao mesmo tempo, produzir novas fontes orais capazes de contribuir com as pesquisas sobre o passado das homossexualidades e transgeneridades.

Diante de um cenário desfavorável, os autores James Green e Renan Quinalha se mobilizaram para garantir que o texto não fosse vetado¹⁵. Tal mobilização envolveu a realização de duas audiências públicas e a ampliação do diálogo com um segmento formado por acadêmicos, ativistas e lideranças políticas. Diante disso, a experiência em torno do tema das homossexualidades na Comissão Nacional da Verdade pode ser entendida, no mínimo, como um momento importante para a elaboração de narrativas sobre o passado do movimento LGBT brasileiro. Não apenas porque se tratou da primeira vez que o tema foi incorporado a uma iniciativa de dimensão nacional, tão disputada e acompanhada pela sociedade, mas também porque ela contribuiu para ampliar as discussões em torno da memória LGBT no Brasil e seus desafios e potencialidades. Além disso, parece ter impulsionado a ampliação de pesquisas relacionadas a esse tema, oportunizado a realização outras iniciativas memoriais dedicadas a homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros¹⁶ e criado campos de possibilidade para que a questão seja ainda mais explorada no futuro.

É evidente que a CNV e o Memorial são iniciativas diferentes em termos de propósito, contexto histórico e geográfico, mas ambas são atravessadas pelas discussões acerca do trabalho de enquadramento de memória e suas consequências. Em ambos os casos é possível observar a produção de uma hierarquia de memórias que impactou o resultado final e promoveu disputas significativas em torno das narrativas que estavam sendo construídas.

Considerações finais

Nesse texto, busquei construir algumas reflexões acerca das disputas de memória em torno do Memorial aos Homossexuais perseguidos pelo Nazismo, em Berlim. Além disso, tentei

¹⁵ A Comissão Nacional da Verdade foi composta por pessoas que, a despeito do espectro político, estavam sujeitas a reproduzir pensamentos e práticas homofóbicas. Assim, o entendimento sobre a importância do tema não era compartilhado por todos, o que se tornou uma preocupação para os pesquisadores engajados nessa discussão. Sobre isso ver: QUINALHA, 2018.

¹⁶ Um deles foi a exposição “Orgulho e resistências: LGBT na ditadura”, mencionada no começo desse texto. Outro foi o livro “Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade”, organizado por Green e Quinalha e anunciado às vésperas do lançamento do relatório da CNV.

estabelecer pontos de contato entre ele e a Comissão Nacional da Verdade, que também abordou a pauta das homossexualidades e transgeneridades. No meu entendimento, ambos se somam a um conjunto de outras iniciativas memoriais que resultam do fato de que, cada vez mais, grupos e organizações LGBT têm se preocupado em elaborar e visibilizar as experiências de pessoas LGBT durante regimes autoritários.

A partir das reflexões feitas, acredito que as controvérsias em torno do Memorial aos Homossexuais perseguidos pelo Nazismo permitem observar alguns dos desafios que envolvem elaborar políticas de memória acerca de experiências traumáticas. Nesse caso, especificamente, a disputa pela narrativa do memorial lança luz ao fato de que antes de haver uma única “memória LGBT”, existem diversas “memórias fragmentadas” em conflito. Isso também é aparente em outras experiências envolvendo a temática, como o caso da Comissão Nacional da Verdade, no Brasil.

Como vimos, as disputas em torno do passado produzem determinados enquadramentos de memória que são realizados a partir de concepções do presente. Uma delas é a categoria da vítima, que é atravessada pelos usos políticos do passado e se torna uma questão particularmente sensível quando envolve pessoas LGBT em razão da permissividade que ainda existe com a violação aos direitos humanos desses sujeitos. Se desejamos a construção de uma democracia saudável, é fundamental que tais questões sejam observadas e essa reflexão em torno do modo como lidamos com o trauma e com as experiências autoritárias pode ajudar a identificar fragilidades que devem ser enfrentadas.

Referências

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 30 mai. de 2023.

FRANCO, Paula. **A escuta que produz fala: O lugar do gênero nas comissões estaduais e na Comissão Nacional da Verdade**. 2017. 254 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

GREEN, James. Homossexualidades e a história: recuperando e entendendo o passado. **Revista Gênero**, Niterói, v. 12, ed. 2, p. 65-76, 2012.

GREEN, James. Como a história pública pode se comprometer com a diversidade LGBT? In: MAUAD, Ana Maria; SANTIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?: What Public History do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 249-254.

GONÇALVES, Mateus Siqueira. O tempo presente e os casos dos testemunhos homossexuais de Pierre Seel e Rudolf Brazda sobre o holocausto. **Resistances: Journal of the Philosophy of History**, vol. 2 (3), 2021.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídias. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MEUSEN, Isabel. **Unacknowledged Victims: Love between Women in the Narrative of the Holocaust. An Analysis of Memoirs, Novels, Film and Public Memorials**, 2015. 178f. Tese (Doutorado). University of South Carolina.

PEREIRA, Ana Cecília. **As comissões da verdade no Brasil e a construção de narrativas sobre a repressão a pessoas LGBT durante a ditadura militar**. 96 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

PERLATTO, Fernando. “A Comissão Nacional da Verdade e a justiça transicional no Brasil: ditadura, democracia e tempo presente”. In: Paula Borges Santos, Irene Flunser Pimentel, Giovanni Damele. (Org.). **Punir o Inimigo: Perspectivas legais e discurso político na justiça de transição**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2021, p.193-226.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p.3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo, Alameda, 2018, p. 15-38.

STEIN, Arlene. Whose memories? Whose victimhood? Contests for the Holocaust frame in recent social movement discourse. **Sociological Perspectives**, v. 41, n. 3, p. 519-540, 1998.

TAMAGNE, Florence. **A History of Homosexuality in Europe**. Nova York: Algora, 2016.

VIEIRA, Helena; FRACCAROLI, Yuri. Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018.